

A Contribuição dos Vaqueiros, Agregados e Posseiros para o Povoamento do Piauí¹

The Cowboys, Aggregates and Squatters Contribution to the Piaui Settlement

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i19.42169>

Vicente Eudes Lemos Alves

Doutor em Geografia, Professor de Geografia Humana no
Instituto de Geociências (IG)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

orcid.org/0000-0002-9505-185X
veudes@unicamp.br

Como citar:

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A Contribuição dos Vaqueiros, Agregados e Posseiros para o Povoamento do Piauí. *História, Histórias*, Brasília, v. 10, n. 19, jan./jun. 2022.

¹ Este trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq-Universal

Resumo

O texto propõe discutir a importância dos vaqueiros, dos agregados e dos posseiros no povoamento do Piauí entre os séculos XVIII e XIX. Busca-se identificar de que maneira tais sujeitos sociais contribuíram para a formação territorial daquela então província, na qual a pecuária se tornou a principal atividade econômica condutora da ocupação. Embora as sesmarias fossem concessões fundiárias da coroa portuguesa ao donatário, a ausência dele na administração das fazendas de gado era frequente. Assim, a tarefa administrativa era deixada a cargo de pessoas desprovidas de terra e de qualquer outro direito. Tal situação obrigava esses sujeitos a se colocarem em movimento para o interior daqueles rústicos sertões, cabendo a eles o efetivo povoamento do território.

Palavras-chave

Povoamento do Piauí; Sujeitos Sociais; Pecuária.

Abstract

The text proposes to discuss the importance of cowboys, aggregates and squatters in the settlement of Piauí between the 18th and 19th centuries. It seeks to identify how these social subjects contributed to the territorial formation of that then province, in which livestock farming became the main economic activity driving the occupation. Although the sesmarias were land concessions from the Portuguese crown to the donee, his absence in the administration of cattle ranches was frequent. Thus, the administrative task was left to people deprived of land and any other right. Such a situation forced these subjects to put themselves in movement towards the interior of those rustic sertões [hinterland], leaving to them the effective settlement of the territory.

Keywords

Settlement of Piauí; Social Subjects; Livestock Farming.

Introdução

Os limites administrativos do Piauí apresentam um formato no qual a parte sul possui uma base mais alargada, enquanto, em direção ao norte, ocorre um estreitamento das divisas de seu território. Além disso, a capital do Piauí, Teresina, é a única, entre os estados do Nordeste, que não se localiza no litoral. Antes de Teresina, a capital da então província piauiense era Oeiras; essa cidade se localizava na região central do estado, e a sua arquitetura urbana ainda hoje carrega muitos traços do período colonial.

Essas características estão associadas à presença da pecuária na construção territorial piauiense. Tal atividade dominou amplamente a formação territorial do estado, sendo que sua expansão inicial ocorreu a partir da região sul, constituindo um movimento do interior para o litoral, conduzido pela formação de fazendas de gado, bovino e cavalar, e frequentemente acompanhando os cursos d'água perenes. Esse movimento de expansão dos currais² que chega às terras piauienses percorre as margens do rio São Francisco e de seus afluentes, após atravessar os chapadões dos divisores de água que separam as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. O núcleo irradiador pecuarista que chegou ao Piauí é o que se deslocou de Salvador (Bahia) em direção ao oeste, percorrendo as principais bacias hidrográficas em direção a hinterlândia brasileira. Capistrano de Abreu (1969) denominou essa corrente “Sertão de Dentro”, como forma de diferenciá-la de outra, “Sertão de Fora”, que partia das cercanias de Olinda (Pernambuco) em direção ao norte, acompanhando a faixa litorânea, até atingir a bacia do Rio Jaguaribe, no Ceará. Os criadores de gado também chegavam ao Piauí por essa corrente, percorrendo, sobretudo, as margens do rio Poti e dos seus afluentes.

A expansão pecuária no território piauiense significou também a presença de uma legião de pessoas envolvidas diretamente com o povoamento, bem como a presença daquelas que ali já estavam e que sofreram as consequências de um processo de extrema violência, sendo praticamente dizimadas,

2 No período colonial, a expressão “curral” distinguia-se de “fazenda”. A primeira se referia a um tipo de estabelecimento pecuarista instalado na fase de expansão do gado para o interior da região Nordeste; ou seja, “curral” correspondia a um tipo de atividade essencialmente itinerante. Por outro lado, para montar uma fazenda, era necessário possuir o título da terra, situação que somente se efetivava em momentos posteriores à sua conquista. Neste texto, embora se faça referência, em algumas situações, à expressão “fazenda”, a conotação conferida a ela está mais associada à ideia de curral, adotando-se a definição de Barbosa (1993). Ver: BARBOSA, Tânia Maria Brandão. A elite colonial piauiense: família e poder. Tese – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

no contexto da “Guerra dos Bárbaros”, analisado por Puntoni (2002) em sua pesquisa sobre o avanço da colonização portuguesa nos sertões nordestinos. Trata-se das populações originárias, de inúmeras etnias, que habitavam essas vastas áreas do interior do território colonial. Os sesmeiros, possuidores dos rebanhos, eram donatários frequentemente absenteístas, na medida em que poucos deles permaneciam em suas fazendas. Nesse contexto, eram os vaqueiros que se tornavam os principais administradores dos bens do patrão, cuidando, sobretudo, do plantel de gado, principalmente, porque dependiam dele para os seus ganhos e para a possibilidade de formarem as suas próprias fazendas. Ademais, o vaqueiro contribuiu para a estruturação econômica, social e cultural que deixou diversas heranças na organização do modo de vida da sociedade piauiense.

O agregado também contribuiu de maneira decisiva para a formação territorial do estado. Despossuído da propriedade da terra, mas aceito nas concessões do donatário, esse sujeito social trabalhava para o sesmeiro, mas, ao mesmo tempo, podia ter sua própria roça e nela plantar os gêneros alimentícios de subsistência, além de criar alguns poucos animais no entorno de sua habitação. Às vezes, inclusive, havia a possibilidade de a família ser proprietária de alguns animais bovinos ou cavaleiros, usados, respectivamente, para a produção de leite e para a montaria. Esses animais, porém, eram adquiridos em número insuficiente para que se acumulasse algum patrimônio significativo. O agregado também ajudava o vaqueiro na lida com o gado ou em outros afazeres da fazenda; tarefas essas frequentemente divididas com os escravizados, pessoas desprovidas de qualquer direito, cujo contingente variava de acordo com o tamanho da fazenda. Entretanto, nos arranjos de relações de trabalho da população escravizada na pecuária havia algumas particularidades comparativamente ao sistema escravista nas áreas de produção açucareira, diante da maior possibilidade de mobilidade social daquela situação frente a esta. É fato, todavia, que a atividade pecuária não demandava expressiva força de trabalho. Portanto, o número de trabalhadores, escravizados ou livres, dentro das fazendas não era elevado. Isso favorecia ainda mais o controle do patrimônio fundiário em poder de poucos grupos de fazendeiros agraciados pela coroa portuguesa no regime de concessão de terras.

Em um movimento paralelo de ocupação do território de domínio pecuarista, havia os posseiros. Essa população, de diversas origens (indígenas expulsos de seus territórios, ex-escravizados etc.), formava um contingente de indivíduos sem o direito de acesso à terra e que se deslocava pelos sertões, ocupando os espaços livres dos chamados baixões, terrenos intercalados entre os platôs e que, frequentemente, possuem mais umidade. Os platôs, denominados

de gerais ou chapadas, constituíam, por conseguinte, espaços naturais com maior oportunidade de utilização de maneira comunitária para o extrativismo e para a solta do gado que se alimentava das pastagens naturais. Portanto, nesse domínio morfoclimático (AB'SÁBER, 2003), de grandes extensões territoriais, cujos usos poderiam ser realizados de maneira complementar entre baixões e gerais, tornava-se mais viável a acomodação da população excluída, na medida em que era possível, sem muitos impedimentos, as diversas formas de extrativismo, bem como a prática da agricultura de subsistência em pequenas roças, além de criação de alguns poucos animais soltos nos abundantes campos.

Nesse sentido, tanto o vaqueiro quanto o agregado e o posseiro foram fundamentais para o povoamento do território piauiense. Esses sujeitos sociais deixaram heranças importantes na composição demográfica e no modo de vida da população do estado, como veremos nas reflexões que seguem.

O vaqueiro e a ocupação do território piauiense

O vaqueiro foi umas das profissões mais importantes na expansão da pecuária pelos sertões nordestinos. No Piauí, pode ser atribuído a ele o papel de verdadeiro povoador das terras do estado, tendo em vista que, na maior parte do tempo, os fazendeiros estavam ausentes, não somente porque muitos deles moravam em núcleos urbanos fora do Piauí, mas também pelo fato de possuírem diversas fazendas e se alternarem entre elas (FALCI, 1995). Eram designadas ao vaqueiro, nesse caso, as tarefas de manter ou de ampliar o patrimônio do fazendeiro. Para merecer o comando de uma fazenda, o vaqueiro deveria ser de inteira confiança do patrão, que somente lhe conferia o cargo após longos anos de serviços prestados. O vaqueiro possuía a responsabilidade de comandar toda a administração da fazenda, desempenhando atividades como o controle das terras, a expansão, a manutenção e a comercialização do rebanho, a condução dos escravizados etc. As tarefas atribuídas a ele eram árduas; poucos foram os donos das fazendas que se propunham a executá-las, conforme aponta Abreu, p.162:

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros.

Para cumprir bem com o ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães, trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

Apesar das dificuldades na condução de uma fazenda, o vaqueiro as superava com grande esforço e destreza, mesmo porque o sucesso de sua administração dependia de seu empenho, principalmente no que diz respeito ao crescimento do rebanho, porque dele dependiam os seus ganhos. Nessa relação de trabalho – em regime de parceria e com acordo firmado verbalmente –, cabia ao vaqueiro receber uma rês de cada quatro que nasciam vivas, sendo a divisão realizada através de sorteio, o que poderia favorecer qualquer uma das partes. Era possível, dessa maneira, que, após alguns anos exercendo essa profissão, o vaqueiro lograsse acumular um certo patrimônio em reses, às vezes, o suficiente para que ele se tornasse um sitiante ou até mesmo um fazendeiro remediado. Esse sistema ainda é muito comum no Piauí, nas fazendas que praticam a pecuária extensiva tradicional. Nelas, o vaqueiro continua sendo o administrador do rebanho e da propriedade, recebendo em número de animais por seu trabalho. Os acordos estabelecidos atualmente no sistema de partilha possuem o mesmo formato daquele observado no período colonial, embora tenha crescido a relação de assalariamento nessa atividade.

Nesse sentido, ser vaqueiro era o grande sonho da população piauiense sem posse de recursos financeiros ou de terra, que via nessa profissão um sustentáculo para atingir a ascensão social, não somente em termos materiais, mas também em prestígio, uma vez que a profissão de vaqueiro poderia conferir uma honrosa posição diante da comunidade (NUNES, 1983). Não são raros os casos de vaqueiros que exerciam cargos de autoridades públicas nas vilas e nas freguesias do Piauí colonial. Os viajantes Spix e Martius (1981), ao percorrerem o território piauiense, em maio de 1819, fizeram um relato sobre os ganhos dos vaqueiros empregados nas fazendas governadas por administradores do governo metropolitano português. Essas imensas extensões de terras, foram, posteriormente, repassadas para os jesuítas, os quais se encarregaram de administrar as mais de 30 fazendas distribuídas em várias regiões daquela província, mais tarde, quando o Brasil já havia conquistado a sua independência de Portugal, essas áreas passaram para o controle do

governo imperial, com a denominação de Fazendas Nacionais. Essas terras foram herdadas pelos jesuítas após a morte de Domingos Afonso Mafrense, ou Sertão, que foi arrendatário inicialmente da família Garcia D'ávila, da Casa da Torre, mas que depois recebeu da coroa portuguesa as suas próprias concessões em sesmarias, as quais, somadas, abarcavam mais de 40 léguas de terra, apoderando-se de grandes extensões do território piauiense (FALCI, 1995).

No relato abaixo dos referidos viajantes, transparece não somente o sistema de ganho dos vaqueiros, baseado nas crias do gado, mas também a ideia de que ser aceito como vaqueiro significava ter a oportunidade de sustentar a família com o que se obtinha com o cultivo de roças e com a criação de animais de pequeno porte dentro da fazenda. Embora esse seja um trecho longo do relato dos referidos viajantes, considero importante reproduzi-lo na íntegra, por revelar as várias nuances do sistema de atividade pastoril no Piauí. Nesse caso, tal atividade envolve uma experiência de administração de fazendas pelo governo metropolitano e que antes estava sob o controle dos jesuítas, na qual aparecem também os ganhos de servidores da Metrópole portuguesa e de vaqueiros, bem como a condição dos escravizados, destituídos de muitos direitos, mas com maior facilidade de uma certa mobilidade social comparativamente a outras áreas onde as relações de trabalho eram mais rígidas, sem a possibilidade de dedicação a outras atividades que poderiam lhes render mais autonomia econômica diante de seus senhores, como veremos em outro momento desse texto. Isso não quer dizer que a população escravizada piauiense apresentasse condições muito mais favoráveis para a aquisição de qualquer tipo de patrimônio ou mesmo de se tornar livre do peso do trabalho compulsório, a brutalidade do trabalho escravo também imperava naquelas terras e a relação dessa população com o patrão, que controlava a riqueza desses fundos territoriais (MORAES, 2000), se pautava por opressão e espoliação, conforme menciona Elmar Carvalho em seu texto de apresentação do excelente livro “Escravo do Sertão”, escrito pela historiadora Miridan Britto Knox Falci (1995). Mas mesmo diante dessa condição de desfavorecimento social, o escravizado contava com mecanismos próprios da dinâmica da economia pastoril para acessar alguns poucos benefícios frente aos que se dedicavam a outros sistemas produtivos desenvolvidos pela Metrópole em terras da colônia. *É possível também empreender das observações dos referidos viajantes*, o elevado patrimônio fundiário deixado por Domingos Afonso Mafrense, os ganhos dos vaqueiros no regime de partilha e a condição dos escravizados. Transparece, ainda, a estrutura de classe manifestada nas fazendas pecuaristas piauienses administradas pela coroa portuguesa no fim do período colonial cuja população escravizada estava na base da pirâmide social:

A primeiro de maio [de 1819], depois de várias vezes atravessar o Rio Canindé nos seus múltiplos meandros, alcançamos a Fazenda Poções de Baixo. Era esta a primeira das 33 fazendas do Piauí, que são administradas à custa do governo. Domingos Afonso, de Mafra (perto de Lisboa), havia estabelecido grande número de fazendas, por toda a parte, na província do Piauí, depois de conhecer, pelas muitas expedições que realizou contra os índios pimenteiras, geicós e acroás, a excelência desse extenso território para a criação de gado. Depois de sua morte, herdaram os jesuítas da Bahia 30 dessas propriedades, com a cláusula de empregar os lucros para fins caritativos e para a fundação de novas fazendas. Em seguida à expulsão dos jesuítas, reverteu para o Estado a posse desses grandes bens, dos quais as 30 primitivas fazendas, acrescidas das três fundadas pelos jesuítas, são administradas por três inspeções. A Inspeção do Canindé compreende 11 fazendas na região do Rio Canindé; a Inspeção do Piauí, número igual, à margem do rio do mesmo nome; e a Inspeção de Nazaré, outras tantas no Rio Parnaíba, ao norte de Oeiras. Cada um dos três inspetores recebe o ordenado anual de 300\$000. À sua obediência estão sujeitos os vaqueiros, que dirigem cada uma das fazendas e permanecem no serviço [de] três a cinco anos, para o qual são contratados não pelo inspetor, mas pelo governador da província. O ordenado desses vaqueiros, que às vezes servem, durante anos, sem remuneração até perceberem paga, consiste na quarta parte de todos os bois e cavalos criados anualmente na fazenda. Além disso, têm morada grátis, direito aos produtos da criação de porcos, cabras e carneiros, e à produção de manteiga e queijos, que não ocorre por conta do governo. Tem a fazenda escravos do rei, que apenas recebem roupa e carne, porque, para as outras necessidades, eles mesmos têm a oportunidade de cuidar pela lavoura e pecuária. Da produção anual do gado é, além disso, retirado dízimo (SPIX; MARTIUS, p.237).

Nas observações de outro viajante que passou pelo Piauí no século XVIII, aparece também o fascínio que despertava a profissão de vaqueiro na sociedade piauiense, para a qual muitos indivíduos daquela província buscavam ascender:

Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho, é muito diferente empregada nas ditas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação, que procura com

empenho ser nele ocupado, constituindo toda a sua maior felicidade em exercer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e economia das fazendas³.

Outros viajantes que passaram pelo Piauí nas primeiras décadas do século XIX, também fizeram observações sobre a vida do vaqueiro e sobre o fascínio que esse ofício despertava na população daquela província. Essa admiração se devia também ao fato de que, nessa ocupação, podiam-se demonstrar atos de coragem e de perícia, manifestações ainda muito valorizadas na sociedade agrária piauiense atualmente, conforme se observa na imagem abaixo de uma vaquejada.

Havia no ofício de vaqueiro, portanto, a oportunidade de uma pessoa provar o seu valor perante os seus pares. Essa atividade representava, acima de tudo, uma maneira de o indivíduo alcançar o reconhecimento, para que todos o tratassem como igual. Sobre o sentimento de igualdade que a vaqueiragem despertava, o historiador Odilon Nunes (1983, p.35) fez a seguinte observação:



Efetivamente era essa a psicologia do vaqueiro, e quem aqui não fosse vaqueiro seria um frustrado, um tipo deficiente. Se se extinguiram as lutas com os indígenas, onde demonstrar sua bravura? No vaquejo do gado ou no banditismo, que eram os esportes do tempo, o regime de vida heroica em que o homem exibe seus predicados máximos de animalidade. Vemos, portanto, a par da característica democrática, reflexos da organização feudal, em que o heroísmo era a característica psicológica preponderante.

³ ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piaui. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo LXII, parte I, 1900, p. 88.

Imagem 1: Prática da vaquejada no município de Redenção do Gurgueia - Piauí
Imagem de Herbert Enrique Laporte Scherer – Julho de 2019.

Os próprios escravizados se beneficiavam desse sistema. Em primeiro lugar, a lida com o gado exigia uma grande mobilidade pelos campos dentro e fora da fazenda e o transporte das boiadas para outras freguesias e províncias, portanto, longe das vistas do senhor. Em segundo lugar, a perícia adquirida no campamento e o conhecimento do funcionamento da fazenda permitiam que muitos deles ascendessem à profissão de vaqueiro, um fato até certo ponto comum no Piauí, se considerarmos que o número de trabalhadores negros nas fazendas criatórias era muito superior ao de brancos.⁴ Além disso, como identificou Falci (Ibidem) na documentação de inventários de fazendeiros piauienses, muitos dos vaqueiros escravizados chegavam a ocupar a posição de liderança na condução dos rebanhos para outras praças, inserindo-se em categorias hierárquicas superiores na divisão do trabalho na pecuária, como as denominadas de “cabeça de campo de gado”, “cabeça de campo d’éguas”. Isso configurava como indicativo de prestígio desses sujeitos frente aos demais trabalhadores da fazenda. A referida autora aponta que embora “*estas expressões não existam, atualmente, no linguajar do sertão, tudo parece indicar o vaqueiro principal, chefe dos outros vaqueiros na lide com o gado vacuum ou cavalari. Sua posição seria mais importante. A ele certamente caberia a distribuição das tarefas do vaquejar e a orientação dos outros vaqueiros*” (p.177).

Supõe-se, assim, que, no Piauí, muitos desses escravizados conseguissem mais facilmente livrar-se da servidão e até mesmo galgar alguns degraus na ascensão social. Muito embora Falci (Ibidem) traga argumentos consistentes sobre a construção de um certo mito da existência de relações mais brandas entre o senhor e o escravizado nas fazendas criatórias piauienses. Para a referida historiadora, o tratamento dado aos escravizados no conjunto de fazendas administradas pelos governos metropolitano e depois imperial não necessariamente ocorria com o mesmo formato nas fazendas particulares.

Entretanto, a própria autora mencionada acima reconhece certas condições mais vantajosas para o escravizado no seu trabalho na pecuária, frente a outras realidades do sistema escravista brasileiro. Isso ocorria pelas próprias estratégias de sobrevivência do escravizado diante de condições totalmente desfavoráveis para a sua existência. Esse contexto de uma certa flexibili-

4 Tendo por base o levantamento das fazendas e dos moradores do Piauí, em 1697, realizado pelo padre Miguel Coutinho em sua Descrição do Sertão do Piauí, Mott observa que, naquele ano, 1/4 das moradias piauienses eram habitadas por um branco e um negro, sendo que, em 1/3 das fazendas, o número de negros superava o de brancos. Esse autor identificou também que, em 13 fazendas do Piauí (de um total de 129), viviam somente escravos. Pode-se imaginar, portanto, que a administração delas fosse de responsabilidade dos próprios cativos. Ver: MOTT, Luiz Roberto de Barros. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 58.

dade de mobilização social e econômica do escravizado vai de encontro às abordagens de um ramo da historiografia que buscam romper com a ideia de “coisificação” do negro na sua condição de trabalhador compulsório no sistema escravista brasileiro, sendo ela carregada de muito mais complexidade durante os mais de 300 anos de sua existência (DIAS; ALVEAL, 2017). Segundo Schwartz (2001, p. 219), as rebeliões, as fugas e as diversas outras estratégias, como “*a recalcitrância cotidiana, a lentidão no ritmo de trabalho e a sabotagem eram, provavelmente, as formas mais comuns de resistência, ao passo que a autodestruição por meio do suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança eram as mais extremas no sentido pessoal*”. Tais manifestações são as provas incontestes das resistências da população escravizada contra a instituição do trabalho compulsório, que estiveram presentes em todas as regiões brasileiras. No Piauí essas resistências não eram diferentes. Falci (Ibidem), apontou em sua pesquisa as diversas manifestações de contestações do escravizado contra o regime compulsório daquela província tanto nas fazendas de gado quanto em outras funções exercidas por essa população.

No caso do regime pecuário piauiense no período colonial, além das formas de resistência verificadas com as fugas, as rebeliões e as outras diversas manifestações, como as elencadas acima por Schwartz, aquele regime escravista também se pautava por especificidades na relação escravizado-senhor que foram próprias daquela atividade, como é possível apreender da seguinte citação do historiador Luiz Mott (1985, p. 85):

Embora havendo no Piauí, aliás como no resto do país, resistência e revolta por parte da escravaria contra a servidão, parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria, eram muito melhores na zona da pecuária do que nos engenhos de açúcar. [Com] a vida do escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagueando e vaquejando longe do curral de seu senhor, livre do olho e da chibata do feitor, recebendo como alimentação diária em média 1 kg de carne e 1/2 kg de farinha, por certo que em pouca coisa diferiam tais escravos dos demais trabalhadores livres, camaradas, agregados e vaqueiros, companheiros no mesmo labutar.

Além de transportar o gado, os vaqueiros eram os principais portadores de comunicação entre as regiões piauienses e entre essas e as outras áreas do território brasileiro, especialmente os litorais baiano e pernambucano, para onde se deslocava a maior parte dos rebanhos piauienses de gado bovino e de animais de tropa: equinos e cavalos. Mas esse transporte de animais se

Imagem 2: Rebanho sendo conduzido por vaqueiros entre fazendas – município de Corrente – Piauí
Imagem de Vicente Eudes Lemos Alves – setembro de 2021.

direcionou também para as áreas de mineração do sertão mineiro (PRADO JR., 2008). A pecuária piauiense tornou-se um importante centro de abastecimento de carne, couro e animais vivos, sendo suas mercadorias comercializadas para aquelas áreas desde o final do século XVIII e grande parte do XIX. Entretanto, ainda é possível encontrar nos dias de hoje, no Piauí, os vaqueiros conduzindo boiadas de uma fazenda para outra, transporte de pequenas distâncias dadas as dificuldades de deslocamento de grandes rebanhos por estradas asfaltadas de circulação de automóveis, conforme se observa na imagem abaixo.



No período colonial, os rebanhos das províncias do Maranhão e do Pará também eram transportados por vaqueiros, que transitavam pelo território piauiense, o que mantinha, assim, embora precária, uma ampla rede de comunicação, cujos protagonistas eram os vaqueiros. Novamente, os viajantes Spix e Martius, no trajeto realizado pela província em direção Oeiras, após passarem por Pernambuco, relataram a importância dos vaqueiros

como difusores de notícias de outros lugares em seus deslocamentos para o transporte do gado:

Tentando descrever as condições físicas e o clima de tão extenso território, do qual só tive ocasião de ver uma pequena parte, tem o leitor o direito de exigir garantias para essas notícias. As fontes principais, de onde obtive, foram as narrações singelas de diversos vaqueiros, que tinham tocado boiadas do Piauí para a capital de Pernambuco, e haviam assim andado por grande parte desta região (SPIX; MARTIUS, p.233).

Como se observa nos relatos acima, os vaqueiros tornaram-se sujeitos sociais de extrema importância para o processo de colonização do território piauiense. Sua dedicação na administração do patrimônio do fazendeiro lhes rendia alguma ascensão social, mas eles dificilmente conseguiam angariar recursos para a construção de um grande patrimônio; ganhavam apenas o suficiente para garantir a sobrevivência das suas famílias, ou, às vezes, o bastante para se tornarem pequenos ou médios proprietários de terra e

de gado. O fato é que essa profissão despertava um enorme interesse na população, não somente pela perspectiva de ganhos, que propiciava uma autonomia financeira, mas também porque o seu exercício possibilitava a demonstração de perícia e proporcionava prestígio social. O mesmo *não acontecia com o agregado e com o posseiro*, os quais também se posicionaram na vanguarda do povoamento piauiense, mas com menos possibilidades de garantir melhores condições de vida.

O agregado e o posseiro: povoamento e exclusão

Além do escravizado, do vaqueiro e das suas famílias, e algumas vezes até do proprietário, habitava no interior da fazenda o agregado. Esse sujeito teve também um importante papel no povoamento do Piauí, na medida em que ajudou o fazendeiro a assegurar a posse de seus vastos domínios. Normalmente, ao agregado, atribuía-se, na fazenda, uma condição distinta da do escravo: o agregado era um homem livre, mas dependente do fazendeiro, que cedia, em seus domínios, um pedaço de terra a esse indivíduo e à sua família. Ali ele podia construir uma residência precária e cultivar pequenas lavouras de subsistência, assim como criar aves, porcos e um número reduzido de reses. Entretanto, o uso das terras da fazenda, na maioria das vezes, somente era permitido mediante o cumprimento de um acordo pré-estabelecido; nele, cabia ao agregado prestar serviços na fazenda – comumente auxiliando na lida do gado – ou ainda trabalhar na lavoura e, quando a produção era obtida, repartia-se com o fazendeiro, que a usava para alimentar seus escravizados e empregados.

Havia ainda no Piauí outra categoria de agregado, a qual, diferentemente da descrita acima, não possuía uma obrigação direta de prestação de serviços ou de pagamento de uma renda ao fazendeiro. A permanência desses indivíduos na fazenda era permitida pela simples razão de que, com eles, o fazendeiro se tornaria mais respeitado, aspecto relevante em um território marcado por violências de todos os tipos. Tal procedimento se justificava pelo fato de que, em um lugar onde a justiça se fazia com as próprias mãos e de forma violenta, o fazendeiro se cercava de seu “exército” de desvalidos, com o qual procurava fazer valer seus interesses.

Em outro importante documento sobre o Piauí colonial – intitulado “Descrição da capitania de São José do Piauí” e elaborado em 1772 pelo ouvidor daquela capitania, Antônio José de Moraes Durão –, aparecem algumas impressões sobre esse último tipo de morador encontrado em território piauiense. Embora transpareça, em suas colocações, um julgamento moral

a respeito da índole desse sujeito social, é válida a reprodução de um trecho desse documento, principalmente porque ele representa um dos poucos registros em que se faz uma caracterização mais detalhada dessa categoria de trabalhador no Piauí:

Além dos senhorios das fazendas ou seus feitores, vaqueiros, fábricas e mais pessoas que nelas moram, como uma só família, há outras muitas a que chamam agregados, e são de duas formas: uns que em algumas ocasiões servem como criados inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos, são péssimos e danosos em todo o sentido. Disfarçam estes refinados vadios, preguiçosos, ladrões, matadores e pestes da República a sua péssima conduta com duas raízes de mandioca ou de tabaco que fabricam e que nunca chega para os sustentar e suas famílias mais que um ou dois meses no ano, mantendo-se o resto do mesmo, do que furtam e caloteiam na mesma fazenda em que moram e nas circunvizinhanças, porque nenhum deles tem outro ofício nem qualquer que seus filhos aprendam. Os donos das fazendas os toleram com semelhante vida e com prejuízo seu, parte por medo, pois, se os encontram ou querem dela expulsar, só se expõem a um tiro, parte por dependência, porque se fazem mais respeitados com o seu auxílio; e quando se querem vingar de alguém têm prontos os seus agregados para toda a casta de despique [...]. Os seus bens são a casa de palha, que se fabrica num dia, um cavalo, uma espada, uma faca e alguns cachorros que facilmente consigo mudam e com a mesma facilidade sustentam enquanto lhes é preciso andar no mato. São estes demônios encarnados os curibolas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante, que, acossados pelas justiças das outras capitânicas em que delinquem e onde lhes não é fácil ocultar-se por povoadas e abertas, buscam esta como um infalível asilo das suas maldades e lugar próprio para continuarem nelas com todo o desafogo e sossego.⁵

Apesar da tolerância de agregados em várias fazendas, os proprietários evitavam conceder moradias em números elevados em suas terras. Em algumas fazendas, a presença deles não era nem ao menos permitida, visto que ela

5 DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da capitania de São José do Piauí. In: MOTT, Luiz Roberto de Barros. Piauí colonial, Op. Clt. p. 26-27.

representava o comprometimento de uma parte dos domínios do sesmeiro, ainda que essa parte fosse pequena, considerando-se o tamanho das concessões. Além disso, os agregados construía suas moradias em terrenos úmidos, próximos a olhos d'água, cacimbas, brejos etc., o que afugentava o gado de seus tradicionais bebedouros.

A resistência dos fazendeiros piauienses à presença de agregados em suas fazendas foi observada por Spix e Martius, quando esses viajantes passaram pela capitania:

Só raramente os chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, constroem, aqui e acolá, na vastidão desse domínio, pequenas moradas ou quintais, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender à criação do seu gado (SPIX; MARTIUS, p.238).

Quanto aos posseiros, apesar de aparecerem pouco na bibliografia histórica do Piauí, sabe-se que eles estiveram presentes em grande número, desde os primeiros anos de colonização daquela capitania, formando uma população marginal piauiense. Os posseiros, sem direito à propriedade da terra e sendo recusados como agregados nas fazendas de gado, saíam em busca de outros locais, fora dos domínios dos fazendeiros, para fixar suas moradias. Avançavam, quase sempre, sobre terras habitadas por grupos indígenas, o que representava grandes riscos às suas vidas; porém, frequentemente também eram responsáveis por grandes massacres às populações originárias. Assim, durante muito tempo, essas terras eram lugares de violentos conflitos entre posseiros e indígenas.

Muitas vezes, essa população posseira era utilizada, pelos próprios fazendeiros e pelas autoridades públicas piauienses, para afugentar os nativos para áreas mais afastadas. Nesse sentido, essa estratégia constituía a “linha de frente” no enfrentamento ao indígena. O médico e historiador Carlos Eugênio Porto (1974, p.62) em seu ensaio “Roteiro do Piauí” retrata bem a participação dos posseiros no povoamento piauiense, mas sem que eles fossem recompensados com a propriedade da terra, conforme aponta o referido pesquisador.

A concessão de sesmarias acompanhava passo a passo a marcha da conquista. Mal se divulgava o desbravamento de uma faixa de terra, acudiam pressurosos requerentes, armados de recomendações. Evidentemente, nenhum desses magnatas pensaria em

participar do árduo trabalho de povoamento, todo ele entregue ao posseiro anônimo, de passo vacilante, que penetrava os sertões e enfrentava os perigos. De fato, na história da colonização do Piauí é insignificante o número de doações feitas aos verdadeiros povoadores, o que atesta o poder e a força do sesmeiro.

Em sua descrição, Durão também sugeriu que os posseiros fossem utilizados nessa tarefa de conquistar os territórios dominados por indígenas, como é possível apreender do trecho que se segue:

Bom era de fabricar com eles [posseiros], colônias que, entrando nas terras dos gentios e estabelecendo-os nelas, servissem de barreira, cobrindo esta capitania, pois, ao passo que se saneava fora esta pestífera raça, se evitavam aos descontos, vexações e despesas que o povo faz na conquista daqueles e os graves prejuízos que causam, ainda depois de serem aqui metidos e aldeados.⁶

São os indígenas retirados de suas aldeias, os negros forros ou fugidos ou mesmo os antigos agregados que darão origem aos posseiros, os quais se espalharam por todo o Piauí, estabelecendo-se, sobretudo, nos chamados baixões, onde aparecem as terras úmidas dos brejos e das vazantes. Nessas áreas, comumente, esses posseiros se dedicaram à agricultura de subsistência, em pequenas roças com plantações de arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora etc. Ainda hoje, encontram-se, na paisagem agrária piauiense, famílias de posseiros vivendo nas mesmas condições de seus antepassados.

Mas o que caracteriza esses grupos de camponeses, ainda nos dias de hoje, é um olhar sobre eles, por parte da população brasileira, de enorme invisibilidade, embora tenha exercido um papel de destaque no povoamento do território e na produção de alimentos para o conjunto da população do país. Schwartz (Ibidem, p. 125) ao caracterizar esses trabalhadores, denominados por ele de roceiros, faz a seguinte análise:

“A classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, e não tinha memória popular coletiva de passado grandioso. Era, pelo contrário, uma classe rural ‘reconstituída’, resultado direto da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem da economia escravista e cresceu em importância ao seu lado.

6 DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da capitania de São José do Piauí. In: MOTT, Ibidem, p. 27.

Na colônia, desde sua instituição, essa população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes permaneceu, em grande parte, sem rosto e até sem nome. Raramente se usava a palavra ‘camponês’ para referir-se a eles e foi trocada por uma série de termos que descreviam variantes em domínio, dependência ou rusticidade (matuto, caipira etc). Tendo raramente recebido papel ativo na história do Brasil, os roceiros eram tidos como população ‘telúrica’, fixa no interior, a ser catalogada pelos observadores como flora e fauna, e obrigados a ver a história passar por eles.”

A população posseira passa a habitar o Piauí junto com o movimento de expansão das fazendas pecuaristas. Os brejos tornaram-se ecossistemas de referência para essa população, na medida em que neles estão os buritis, tipo de palmeira de grande importância para a obtenção de um fruto com o qual se faziam distintos usos culinários; ademais, outras partes da planta eram utilizadas para a produção de utensílios domésticos e para a cobertura das casas. Além dos baixões, a população posseira piauiense se aproveitava dos gerais, sendo que tais espaços tradicionalmente aproveitados para o desenvolvimento de atividades de uso comum, como a obtenção de madeira e de plantas medicinais e a caça, além da solta do gado, conforme vimos anteriormente. Para a população daquela província, os gerais costumemente foram designados “terras de ausentes”, “terras de ninguém” ou “terras sem dono”. Embora pudessem pertencer a algum sesmeiro, as extensões de terras eram consideráveis, o que tornava impossível qualquer tipo de controle pelo donatário. Além disso, ao conceder uma sesmaria, a Metrópole portuguesa costumava deixar espaços livres entre uma concessão e outra, conforme se depreende do relato de um viajante anônimo que passou pelo Piauí no século XVIII:

As terras do Piauí são repartidas aos moradores em sesmarias ou datas de três léguas, cuja cultura consiste na criação de gados, mais vacum do que cavalar. Cada uma das sesmarias forma uma fazenda, deixando-se uma légua para a divisão de uma e outra fazenda. Na dita légua entram igualmente os vizinhos a procurar os seus gados, sem, contudo, poderem nela levantar casas e currais.⁷

7 ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piaui, Ibidem, p. 79. Ver também: MOTT, Ibidem, p. 51.

O direito costumeiro se consolidou com o uso dos espaços naturais em atividades cotidianas desenvolvidas pela população piauiense, em particular, a posseira. Embora a propriedade da terra, para os posseiros, fosse inviabilizada, eles se estabeleciam naqueles lugares onde não havia o controle do sesmeiro, ou ainda se estabeleciam com o seu consentimento, na medida em que tomavam a dianteira no enfretamento aos indígenas. Nessa situação, o posseiro, inclusive, não se enquadrava no que ficou conhecido como morador de condição ou agregado. Além disso, a população posseira também podia se instalar naquelas terras doadas para instituições religiosas, como as que receberam o nome, em muitos lugares do Brasil, de “terras de santo”. Godoi (1999), em seu estudo sobre o cotidiano e a memória das populações sertanejas do semiárido piauiense, encontrou a presença de populações posseiras que ocupavam terras originalmente doadas à Igreja Católica, nas quais desenvolviam suas atividades de uso comum em áreas livres de cercamento. A autora identificou três modalidades de terras com essas características, e todas elas eram espaços utilizados para o uso comum nas comunidades posseiras do semiárido piauiense: “terras de conjunto”, “terras de padroeiro” e “terras de ausente”.

As “terras de conjunto” se caracterizavam, segundo a referida autora, por serem uma “terra não retalhada”, pertencente a grupos de famílias. Nesse sentido, “não é ‘terra liberta’ (devoluta), mas patrimônio de um ‘conjunto de parentes’”.⁸ Essa terra era utilizada por aquela população tanto de maneira individual, através das roças, quanto para o uso comum. Nesse último caso, eram apropriados alguns dos recursos naturais ali existentes, sobretudo, para a exploração de madeira. A segunda modalidade, as “terras de padroeiro”, consistiam em terras de santo (no caso do estudo de Godoi, sendo São Pedro o santo padroeiro), cujo apossamento se dava de forma comum pela população local. A outra modalidade de uso, as “terras de ausente”, ocorria nas regiões de maior altitude dessa área do sertão e se caracterizava pelo fato de não haver um dono definido; daí o nome “terras de ausente”.

Todos esses usos – que ainda permanecem fortalecidos em diversas regiões piauienses, embora com algumas mudanças – derivam dessa ocupação difundida a partir do período colonial a reboque da pecuária extensiva, a qual, às vezes, até tomava a linha de frente no processo de povoamento da então província. No entanto, era a população posseira a protagonista nessa ocupação.

8 GODOI, Emília Pietrafesa de. O trabalho da memória, *Ibidem.*, p. 94.

A resistência e a luta dos sujeitos sociais na construção territorial piauiense

Os conflitos relacionados à questão da terra que ocorreram no Piauí não se restringiram, entretanto, às populações posseiras e nativas; também participaram deles os vaqueiros e os agregados. As manifestações de revolta se concentravam contra o domínio absoluto da oligarquia rural piauiense, classe que frequentemente era alvo da população despossuída do Piauí, desde os primórdios do povoamento do território pelos portugueses. No início do século XVIII, por exemplo, esse embate já era evidente. Por um lado, ele se relacionava diretamente ao fato de que ocorrera, desde o início do referido século, um aumento considerável da população piauiense, resultado tanto do crescimento vegetativo quanto dos fluxos migratórios de pessoas originárias de outras capitanias. Por outro lado, o domínio fundiário era um patrimônio exclusivo dos donatários. Essa situação contribuiu para que os não possuidores de terras investissem suas ocupações sobre as áreas devolutas ou mesmo naquelas de domínio dos sesmeiros.

As notícias de confrontos envolvendo os donatários e a população com pouca ou quase nenhuma posse de terra aparecem desde o final do século XVII. Essas notícias sempre geraram grandes preocupações às autoridades portuguesas, que temiam embates mais generalizados, bem como a perda do seu controle sobre aquele território. Esse fato demonstra que a construção territorial piauiense, desde o seu início, ocorreu sob forte tensão. O centro incitador desse conflito era a questão da posse da terra, conforme fica evidente nas palavras de Nunes (Ibidem, p.21):

Em 1699, o conselho ultramarino sugeria que se recomendasse ao governador de Pernambuco, em face das informações de D. Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, a respeito do desassossego em que viviam os habitantes do Piauí, por questões de terras, que “faça muito pelos compor de maneira que não cheguem àquele rompimento de que se pode temer algumas ruínas, dando-lhes a entender que nestas suas contendias devem esperar o recurso da justiça, sem se valerem de meios violentos”. E desde então a luta entre sesmeiros e posseiros constituiu o eixo de nossa história, por um período assaz longo. A Metrópole ora atende a uma das facções, ora a outra, e assim segue uma política dúbia que se dilata por decênios. E o Piauí, dessa forma, ia vivendo o fermento revolucionário.

Observações semelhantes foram apontadas também por Porto (Ibidem, p. 62), ao se referir a apropriação de grandes extensões de terras por sesmeiros que colonizavam o Piauí, sendo liderados por Domingos Afonso Sertão Mafrense. Os conflitos envolvendo sesmeiros e posseiros eram inevitáveis, devido à elevada concentração de terras por parte dos primeiros.

Embora extensivo a muitas regiões do país, esse conflito entre posseiros e sesmeiros incidiu mais agudamente no Piauí. De uma só vez, em 1676, dava-se a Domingos Afonso, Julião Afonso, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, dez léguas de terra em quadro, para cada um, nas margens do Gurguéia. Mais tarde, em 1681, esses mesmos sócios e mais Francisco de Souza Fagundes, obtinham outras dez léguas, para cada um, nas ribeiras do Parnaíba, outorgando-se nesse mesmo ano ‘todo o território entre os rios Itapicuru e Gurguéia’. E como não bastassem ainda concessões tão vultosas, o governo contemplaria esses potentados com doze léguas de terra, para cada um, contadas do rio Parnaíba até a serra do Araripe.

Durante o século XVIII, o quadro de tensão em que vivia a sociedade piauiense, estimulado pela concentração fundiária, provocou conflitos de diferentes magnitudes, dos quais participaram grupos de donatários, posseiros, indígenas etc. Na primeira metade do século XIX, essa tensão havia se acentuado a tal ponto que desencadeou um dos mais severos conflitos já vividos pela sociedade piauiense: a revolta que ficou conhecida como Balaiada. Esta, liderada por camponeses, foi resultado de um movimento político que nasceu no Maranhão e se expandiu para outras províncias do Nordeste, em particular, o Piauí. Várias foram as causas para a eclosão desse movimento.⁹ É inegável, todavia, que as causas estruturais tiveram um grande peso. Tanto no Maranhão quanto no Piauí, as condições de vida da maioria da população eram precárias.

9 Nesse movimento, havia tanto as questões de ordem político-regional, para as quais congregavam interesses da oligarquia agrária nordestina, principalmente a piauiense e a maranhense, quanto reivindicações de setores populares. Destacam-se, entre outras, as seguintes situações: manifestações em favor da emancipação política do restante do país; recrutamentos militares forçados de camponeses; levantes de escravos aquilombados, que lutavam pela liberdade de outros negros; e, por fim, a implantação da “lei dos prefeitos” municipais, que criava a figura do prefeito – o qual tinha atribuições administrativas e policiais e era nomeado pelo presidente da província, circunstância que prejudicava, assim, os juízes de paz, até então principais autoridades locais, eleitas pelos proprietários rurais. Ver: DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

No contexto piauiense, tornava-se evidente a miséria de seu povo, provocada, sobretudo, pela péssima distribuição da riqueza produzida, a qual se concentrava sob o poder da oligarquia agrária piauiense, a mesma que monopolizava a maioria das terras desde o início do período colonial. Acrescenta-se a essas condições o fato de que, desde as primeiras décadas do século XIX, a pecuária, base da economia piauiense, já apresentava os sinais de crise.

Uma das famílias representantes da oligarquia do Piauí era a do Barão de Parnaíba, grande proprietário de terras que governou a província com extremo autoritarismo de 1823 a 1843. Sua administração déspota, que privilegiava os familiares e os aliados da elite agrária piauiense, contribuiu para o aumento da revolta de uma grande parcela daquela população.

Nos relatos do viajante George Gardner (1975, p. 123) – que passou por aquelas terras no momento em que a população de vários distritos do Piauí aderiu à Balaiada –, aparecem, de maneira clara, várias situações do cotidiano daquela população. Esse quadro propiciou as condições para a disseminação, pelo território piauiense, do movimento de revolta, comandado, sobretudo, pela população de posse de pouco ou de nenhum patrimônio material.

O referido viajante faz ainda um relato esclarecedor sobre as condições da tropa que guardava a sede do governo provincial, em Oeiras. Essa tropa era formada por pessoas que não possuíam o controle da riqueza na então província:

O palácio, como é chamado, situa-se na parte mais alta da cidade, tem um só andar e é de aspecto muito ordinário. Ao chegar à porta, encontrei-a guardada por uma sentinela, criatura da mais abjeta aparência inimaginável. Era um mulato moço, vestido com o uniforme de tropa de linha, que parecia não lhe ter saído do corpo pelos últimos seis anos; o boné de pano era velho e ensebado; a jaqueta azul, metade remendos, metade buracos, estava aberta na frente, mostrando-lhe o peito nu, porque o homem não podia gabar-se de possuir uma camisa; as calças eram pouco melhores que a jaqueta; e os seus pés sem meias estavam metidos até os calcanhares num sapato velho com os dedos à mostra. Não fora sua posição ereta e o uso do mosquete, eu o teria sem dúvida tomado por mendigo (GARDNER, p.123).

O viajante desenvolve seu relato, comentando sobre a dificuldade de recrutamento de soldados para combater os rebeldes, sobre o tamanho da propriedade do sobrinho do Barão de Parnaíba e sobre a adesão da população de Paranaguá (município do sul do Piauí):

Em Raposa [hoje, município de Redenção do Gurgueia], encontrei o major José Martins de Sousa a quem levava cartas de apresentação da parte de seu tio, o Barão de Parnaíba. Sua casa ficava a cerca de trinta léguas de distância; mas, como tinha recebido ordens de levantar tropas para enviá-las à cidade, fizera ele aqui o ponto de reunião geral. Cerca de quatro anos antes comprara, por cinco contos de réis, no distrito de Paranaguá, um vasto tracto de terra, num total de noventa e seis léguas quadradas, dividindo-se em seis fazendas de gado [...]. Disse-me que no distrito, de que era prefeito, havia mil e setecentos homens capazes de pegar em armas, mas tudo o que pudera reunir no curso de uma semana eram vinte e dois. Toda a população era pior que selvagens aos quais nenhuma eloquência podia persuadir a erguer-se em defesa do seu país. Temia até que desordens semelhantes às que perturbavam a Província de Maranhão chegassem em breve a este distrito, pelo que tencionava, o mais breve possível, levar para a cidade a esposa e os filhos. Creio que o fez logo depois, e ainda bem que o fez, porque cerca de um mês após o nosso encontro, o distrito de Paranaguá se levantou para unir-se aos rebeldes, e o major, que se deixara ficar para trás, a custo se livrou de cair vítima da fúria dos habitantes, ao mesmo tempo que foi destruído quase todo o gado de suas fazendas. Em sua jornada de Raposa para a cidade, desertaram todos os seus recrutas, com exceção de dois ou três (GARDNER, p.136).

Chama a atenção, no relato acima, o fato de que, às vésperas da promulgação da Lei de Terras, em 1850, as dimensões das propriedades rurais no Piauí continuavam elevadas, havendo um amplo domínio da oligarquia agrária daquela província. Essa situação de concentração fundiária não se alterou nos anos seguintes, na medida em que a referida lei tornou ainda mais difícil o acesso à terra por pessoas sem recursos financeiros, as quais representavam a maior parte da população. Naquele momento, as terras e os plantéis de gado continuavam concentrados em posse de um seletto grupo de fazendeiros, que detinha o controle não somente econômico, mas também político e militar. Em um contexto de exclusão – como o apresentado neste artigo –, era de se imaginar que uma massa de população vivendo às margens de qualquer direito desenvolvesse um sentimento de alheamento à ideia de pátria e, ao mesmo tempo, se envolvesse em revoltas, localizadas ou não, contra aqueles que sempre a exploravam.

Considerações Finais

Os vaqueiros, os agregados e os posseiros transformaram-se nos principais povoadores do Piauí. Embora o donatário tenha recebido a sua concessão e tenha montado fazendas de gado em parte de suas terras, a participação desse indivíduo no processo de povoamento foi secundária. Isso se deve, especialmente, ao fato de que a maioria desses proprietários *não habitava suas fazendas*, mas sim delegava a responsabilidade de administração das terras e dos plantéis de gado aos vaqueiros. Esses, por sua vez, ao garantirem a expansão do patrimônio do sesmeiro – constituído predominantemente de gado –, também angariavam para si um patrimônio, mesmo que reduzido, igualmente formado por reses e, às vezes, por parcelas de terra. Isso permitia aos vaqueiros, inclusive, instituírem suas próprias fazendas, o que despertava um grande interesse da população por esse ofício. Além de seu papel no aspecto econômico, o vaqueiro exerceu uma importante contribuição na construção do modo de vida piauiense.

Do mesmo modo, os agregados colaboraram de forma significativa para a sociedade piauiense, marcadamente pelo papel que representaram no desenvolvimento da agricultura camponesa no estado. Essa população deu subsídios para a expansão da pecuária, uma vez que foi responsável, em grande medida, pelo abastecimento de alimentos agrícolas nas fazendas. Além disso, os agregados constituíam uma força de trabalho abundante para o fazendeiro. Este, por sua vez, despendia poucos recursos financeiros para garantir o trabalho dessa população em seus domínios. Para que isso acontecesse, o trunfo do sesmeiro consistia no fato de ele possuir o controle da terra. Para tanto, utilizava-se dessa condição para forçar os agregados a exercerem uma atividade sem qualquer tipo de remuneração, com exceção do que eles obtivessem com os seus próprios trabalhos.

Os posseiros também desempenharam uma participação fundamental na formação territorial piauiense. Compostos por uma população marginalizada e sem qualquer tipo de direitos, os posseiros ocupavam espaços em que havia pouco controle dos sesmeiros ou das autoridades da Metrópole portuguesa. Foram esses sujeitos que passaram a ocupar os vales úmidos dos sertões piauienses, onde desenvolveram pequenas roças de produtos agrícolas variados e fizeram a exploração extrativista nos ecossistemas regionais, além de criarem alguns poucos animais, que garantiam também o sustento da família. A agricultura camponesa praticada então, e que ainda hoje possui relevante presença no rural piauiense, deriva, em grande medida, da ocupação

pela posse das terras dentro e no entorno das sesmarias. Essa atividade, que complementou historicamente a pecuária na produção de alimentos, também deixou heranças profundas no modo de vida da população piauiense.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.
- AB-SÁBER, Aziz Nacib. Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BARBOSA, Tânia Maria Brandão. A elite colonial piauiense: família e poder. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH, 1993.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.
- DIAS, Dayane Julia Carvalho; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas: v. 25, n. 2 [34], p. 57-80, jul./dez. 2017
- FALCI, Miridan Britto Knox. Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.
- GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NUNES, Odilon. Estudos de História do Piauí. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1983.
- PORTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Teresina. Editora Artanova S.A, 1974.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008
- PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC/Edusp/Fapesp, 2002.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: tomo LXII, parte I, 1900.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.

Recebido em 01 de março de 2022
Aprovado em 23 de junho de 2023